

» Entrevista | **RICARDO CAPPELLI** | MINISTRO INTERINO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

“8 de janeiro festejará a democracia revigorada”

Para secretário-executivo, evento organizado pelo governo unirá o país em torno de uma data que não pode ser esquecida

» ANA MARIA CAMPOS
» SAMANTA SALLUM
» ISABEL DOURADO*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A pesar de os atos violentos do 8 de janeiro ainda não terem sido superados por diversos setores da política e da sociedade, o evento que marcará o primeiro ano da data pretende ser o de uma virada de página. Se no começo deste ano houve uma tentativa de golpe de Estado — quando militantes bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes —, em 2024 será a celebração da democracia e sua confirmação. Essa é a avaliação de Ricardo Cappelli, secretário-executivo e ministro em exercício da Justiça e Segurança Pública. “Será um evento para não se esquecer o que aconteceu e unir o país ainda mais em torno dos valores democráticos. Essa é a intenção e tenho certeza que faremos um dia histórico”, salientou, em entrevista, ontem, ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. A prova de que o Estado de Direito venceu uma tentativa de estabelecer o arbítrio é que mesmo os bolsonaristas poderão se manifestar em 8 de janeiro. Cappelli também fez um balanço sobre a atuação da pasta em relação à segurança pública, com as recentes vitórias sobre o crime organizado — como duros golpes no giro financeiro de grandes quadrilhas e a prisão do Luís Antonio da Silva Braga, o Zinho, chefe de uma das maiores milícias em atuação no Rio de Janeiro. Leia a entrevista a seguir.

Estamos perto de completar um ano do 8 de janeiro, uma data que traumatizou o país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer realizar um evento na Esplanada dos Ministérios para marcar esse ano e reforçar a importância da democracia. Mas há preocupações do Ministério da Justiça e da Secretaria de Segurança do Distrito Federal. Como será esse evento sobre o 8 de janeiro e como está sendo organizada a segurança para que tudo ocorra sem sustos? Haverá espaço para os bolsonaristas se manifestarem também?

O Brasil é um país democrático, as manifestações são sempre bem-vindas. Mas manifestação democrática, que é ótima, não se confunde com atentado ao Estado Democrático de Direito. Acho que a intervenção federal e a união dos Três Poderes, logo após aqueles atos bárbaros, deram um sinal muito importante. A atuação firme e determinada do Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu um limite, deixando claro o que é manifestação democrática pacífica. Reitero que o Brasil é um país livre, democrático e todos podem se manifestar ordeira e democraticamente. Agora, atentar contra as instituições, depredar o patrimônio público, não é aceitável.

Qual será o objetivo desse evento e quem participará? Governadores vão estar aqui? Como está sendo prevista a organização sobre o dia 8 de janeiro?

O presidente Lula tomou iniciativa e os presidentes dos demais poderes abraçaram a ideia de fazer um dia de celebração



Manifestação democrática, que é ótima, não se confunde com atentado ao Estado Democrático de Direito. Acho que a intervenção federal e a união dos Três Poderes, logo após aqueles atos bárbaros, deram um sinal muito importante. A atuação firme e determinada do STF estabeleceu um limite, deixando claro o que é manifestação democrática pacífica



Segurança pública não é sair dando tiro a esmo, com efeitos colaterais para a população — não é isso. É inteligência, é planejamento, é seguir o caminho do dinheiro



Há espaço fiscal para duplicar ou triplicar o efetivo da PF? Não. O presidente Lula assumiu o Brasil em condições fiscais difíceis e temos que trabalhar com aquilo que temos à mão. A colaboração das Forças Armadas não é em segurança ostensiva, não é em patrulhamento

democrática. Um dia para festejar a democracia revigorada, fortalecida após um ano de um ato inaceitável. Será um evento no Senado, muito provavelmente no Salão Negro, com a presença dos chefes dos Três Poderes, de deputados, senadores, ministros de Estado, ministros das cortes superiores, presidentes dos tribunais de justiça dos estados, das assembleias legislativas, governadores e representantes da sociedade civil. Será um evento para não se esquecer o que aconteceu e unir o país ainda mais em torno dos valores democráticos. Essa é a intenção e tenho certeza que faremos um dia histórico. Temos tomado precauções no que diz respeito (à segurança), mas não há, até o momento, nada que gere preocupação maior. Há um trabalho de prevenção, de monitoramento de inteligência, mas, até agora, nada que gere uma preocupação maior.

A relação do ministério com a Secretaria de Segurança do DF está mais tranquila com Sandro Avelar? Antes, tinha o (ex-ministro da Justiça) Anderson Torres, que era muito ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Isso atrapalhava?

A relação é muito boa com o delegado federal Sandro Avelar, que tem uma absoluta cooperação e integração conosco. Ontem (terça-feira), também recebi a ligação da vice-governadora Celina Leão, que será a governadora em exercício e se colocou à inteira disposição para acioná-la no que for preciso. O clima, hoje, é outro. Há uma perfeita integração e isso é importante, pois a segurança

ostensiva é de responsabilidade do governo do Distrito Federal.

O tema segurança pública, atualmente, é um dos mais importantes em discussão no país. O trabalho do senhor tem sido muito mais relacionado à segurança pública do que à justiça...

Segurança pública, hoje, é a principal preocupação da população. Então, é natural que a agenda seja consumida muito pela questão. Tem o trabalho de consolidação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), estruturando toda a política de segurança baseada em dados. Pegamos o Sinesp, o Sistema Nacional de Segurança Pública, que recolhe os dados de segurança pública no Brasil; existiam nove indicadores e elevamos para 28 para poder ter mais dados — para fazer segurança pública com inteligência e com planejamento. Segurança pública não é sair dando tiro a esmo, com efeitos colaterais para a população — não é isso. É inteligência, é planejamento, é seguir o caminho do dinheiro. Temos realizado conversas muito produtivas com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, para uma atuação de inteligência financeira com o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). Isso tem tomado mais de 90% da agenda porque é a preocupação central da população.

No governo Lula, o ministério tem contado com as Forças Armadas para atuar nessa contra-ofensiva ao crime organizado, como o que vem acontecendo no Rio de Janeiro. O ministro José Múcio Monteiro está integrado? Como está a relação com os militares?

A relação com o ministro Múcio e com o Ministério da Defesa é a melhor possível. Temos 13 mil homens da Polícia Federal (PF) para cuidar de 23 mil km de fronteiras, 16 mil km de fronteira seca e cerca de 7 mil km de fronteira marítima. Temos 12 mil homens da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para cuidar de mais de 75 mil km de rodovias federais. Temos cerca de 3 mil homens das Forças Armadas — 226 mil do Exército, 80 mil da Marinha e 65 mil da Aeronáutica — que podem nos ajudar nesse processo. Por que, então, não ajudar? A GLO (Garantia da Lei e da Ordem) decretada pelo presidente, nos portos e aeroportos do Rio e de São Paulo — e que se estendeu para a Operação Ágata, na fronteira de Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso —, tem sido uma experiência muito rica e que, na minha opinião, pode ser estendida para outras regiões. A gente tem, pela primeira vez na história, na mesma mesa, reunindo toda semana, a PF, a PRF e a Receita Federal (RFB). Aqui, registro e agradeço ao Ministério da Fazenda o empenho da Receita, que está dando uma contribuição muito grande. Então, PF, PRF, RFB e Exército, Marinha e Aeronáutica, todos unidos com um mesmo objetivo — que é melhorar e trazer mais eficiência para a segurança pública nos portos, nos aeroportos e nas fronteiras. Se está funcionando bem com a integração, acredito que isso pode ser levado a outros estados. Volto a dizer: são todos servidores públicos. Às vezes, ficam com essa ideia de que são civis, são militares ou se está militarizando a segurança pública. Não se trata disso. Estamos conduzindo a segurança pública